

## Artigo

# Sobre a estatização de vagas no ensino superior privado

A possibilidade de um repentino salto no número de vagas nos cursos de graduação pode esconder sérios riscos ao ensino superior do país, principalmente se quisermos manter os padrões de excelência e qualidade que sempre estiveram dentro das exigências de estudantes de todo o Brasil.

DAVI ORTEGA E  
PEDRO AUGUSTO FRANCO  
PINHEIRO MOREIRA

A Avaliação Nacional de Cursos (o Provão) atesta, pelo menos em tese, a liderança absoluta em qualidade e excelência das Universidades públicas em praticamente todos os cursos ministrados no país. Além disso, elas são responsáveis pela manutenção de linhas de pesquisa em ciências e desenvolvimento de novas tecnologias.

Ainda segundo os resultados do Provão, as entidades educacionais de ensino superior privadas obtiveram médias muito inferiores em relação às das federais. Nesse sentido, devemos encarar a proposta do governo não como a democratização do ensino superior, mas como uma deliberada tentativa de "empurrar" a população carente para as entidades de ensino de baixa qualidade em todas as etapas do aprendizado.

Portanto, não será forçando as pessoas que não passaram nos vestibulares das grandes universidades a entrar em qualquer faculdade que o problema terá solução. Todos temos consciência de como o problema de desemprego é generalizado e enganam-se aqueles que concordam com o fato de que qualquer diploma é garantia de remuneração. Hoje, o país conta com doutores e mestres desempregados ou trabalhando em outras áreas diferentes das que tiveram formação, o que aponta a fragilidade da capacidade de absorção de mão de obra "qualificada". Além disso, o próprio mercado de trabalho discerne pessoas realmente bem capacitadas das que apenas possuem títulos nominais.

Em outras palavras, um aluno carente inicia seus estudos nas falidas escolas de ensino fundamental e médio do estado e, se isso já não bastasse, são encaminhados agora, pelo governo, às piores entidades de ensino superior do Brasil: as universidades privadas.

Ou seja, não é dessa maneira que iremos acabar com os problemas sociais que o Brasil carrega. Por exemplo, a política de cotas nas universidades pode ser desastrosa para a qualidade do ensino e ineficaz no alcance do seu objetivo. Colocar alunos que não tiveram uma boa formação no ensino médio ou fundamental para dentro da universidade não é saudável, independente de credo, raça ou categoria social.

No entanto, inclusão social é importante, porém o modo mais apropriado é realizá-la durante a formação educacional básica do indivíduo para prepará-lo de maneira homogênea antes da competição que o espera no futuro. Dessa forma, primamos pelo crescimento cultural e social do país.

Seria então mais interessante que o governo aplicasse o conceito de estatização de vagas em escolas de ensino médio e fundamental. Nesse nível de educação as entidades privadas são de excelência e, hoje, provém uma minoria bem-nascida com um desenvolvimento intelectual acima da média nacional.

Continuando com a proposta sobre a estatização das vagas no ensino superior, apontamos um outro aspecto controverso:



Ilustração: Phélix

a isenção fiscal às Universidades particulares que colaborarem com o projeto. Podemos considerá-la um tanto quanto estranha, pois o governo requisitou apenas as vagas ociosas e isso significa que não haverá ônus às faculdades que se engajarem o projeto.

Portanto, como as vagas já existem, não haverá investimento nenhum das particulares. O incentivo fiscal passar a ser uma ajuda pelo simples fato de disponibilizarem cursos de qualidade inferiores em relação aos das federais. Um acordo bastante lucrativo para as Universidades particulares.

Contudo, a diminuição da carga tributária para as entidades privadas, ou seja, diminuição da arrecadação nacional e, indiretamente, da verba de manutenção e expansão das Universidades públicas, nos leva a acreditar que as Universidades mantidas pelo país já não cumprem mais o papel de democratizar o ensino.

Porém, constatamos a qualidade dessas Universidades, bem como o cumprimento do seu papel, quando notamos que há desenvolvimento e pesquisa em outras regiões fora do eixo Rio-SP. Por isso, elas não são essenciais para a uniformização do desenvolvimento humano no Brasil, como também pelo desenvolvimento da grande maioria das pesquisas feitas no país. O que é de suma importância estratégica para concretizarmos um crescimento sustentável e que garanta a hegemonia nacional.

Desde a redemocratização política, vemos os nossos governantes dispensarem cada vez menos atenção à educação do povo, o que levou à falência o ensino fundamental e médio do estado.

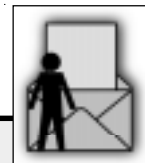
Diariamente, a mídia noticia o sucateamento das universidades federais, que passam dificuldades até em pagar contas de luz, água, papel higiênico... Conclui-se que a verba existente é apenas para o essencial, mesmo que esse ainda seja precário. Assim, não podemos esperar que sobre dinheiro para remunerar com justiça mais professores e funcionários ou financiar pesquisas. Dessa forma, a prioridade não deve ser aumentar o número de vagas nas universidades e, sim, dar condição para que elas sobrevivam, de preferência, com qualidade.

No entanto, o governo não deve medir esforços para resgatar o desastroso ensino fundamental e médio. A verdadeira justiça social se faz nessa etapa do aprendizado, propiciando a mesma oportunidade a todos na competição tanto por vagas nas universidades públicas como por empregos no mercado de trabalho.

Enfim, esperamos que o governo haja com sensatez e que consulte os acadêmicos antes de anunciar medidas tão drásticas que possam acabar com as únicas esperanças de desenvolvimento do nosso país.

Sem dúvida, a parte da arrecadação das universidades particulares que o governo está se desfazendo seria muito bem vinda para ampliar e melhorar o ensino superior público e de qualidade oferecido pelo país. Além disso, podemos estender a súplica para um resgate da qualidade do ensino médio e fundamental público para o combate imediato das desigualdades sociais que acarretam da falta de oportunidade das crianças brasileiras estudarem com qualidade.

Davi Ortega e Pedro Augusto Franco Pinheiro Moreira são pós-graduandos da Unicamp



## Cartas

### Epilepsia

Achei muito importante a idéia de esclarecer a população sobre o problema da epilepsia. O estigma existe até dentro de casa, pois a família fica um tanto insegura em relação a como lidar com o portador de epilepsia no momento da crise. É de suma importância que os profissionais de saúde também tomem conhecimento de como se desenvolve a crise no seu antes, durante e depois; a psicologia também se insere neste contexto de saúde, pois é importante tomar conhecimento de como se sente o paciente, em relação à percepção que tem de si mesmo, sobre o problema e como lidar com as variáveis externas que o estigmatizam.

Sou estudante de psicologia e portadora de crises complexas parciais, e não tinha idéia, até ler a reportagem publicada pelo **Jornal da Unicamp**, de como um "simples" mal funcionamento de neurônios, poderia envolver uma gama tão grande de desordens orgânicas. Vou procurar levar mais a sério o meu tratamento. Muito obrigada pelos esclarecimentos que me foram oferecidos e parabéns por conseguir abrange a pesquisa e saberes deste problema até o PSF, estendendo-o até o SUS. O estado da Bahia precisa de evoluções atualizadoras assim.

Susana Silveira

### Transtornos mentais

Achei muito interessante a pesquisa sobre transtornos mentais em jovens, feita pela psiquiatra e professora Giuletta Cucchiari. Particularmente é um assunto que me interessa muito. Moro em uma cidade do interior de SP, onde os roubos cometidos por jovens têm crescido muito. Atenciosamente,

Marleide Ferreira Alves

### Anemia falciforme

Fiquei muito feliz com a notícia dos avanços nas pesquisas para a busca da cura da anemia falciforme. Tenho um filho portador do problema e venho sempre procurando informações a respeito. Espero sinceramente que os estudos feitos na Unicamp evoluam para a cura. Só assim os pacientes terão seu sofrimento atenuado. Grato,

Hélio Lopes

## UNICAMP

Universidade Estadual de Campinas

Reitor Carlos Henrique de Brito Cruz.

Vice-reitor José Tadeu Jorge.

Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva.

Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários Rubens Maciel Filho.

Pró-reitor de Pesquisa Fernando Ferreira Costa.

Pró-reitor de Pós-Graduação Daniel Hogan. Pró-reitor de Graduação José Luiz Boldrini.

JORNAL DA UNICAMP Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).  
Periodicidade semanal. Correspondência e sugestões Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081-970, Campinas-SP. Telefones (0xx19) 3788-5108, 3788-5109, 3788-5111. Fax (0xx19) 3788-5133. Homepage <http://www.unicamp.br/imprensa>. E-mail [imprensa@unicamp.br](mailto:imprensa@unicamp.br). Coordenador de imprensa Eustáquio Gomes. Assessor Chefe Clayton Levy. Editor Álvaro Kassab. Redatores Antonio Roberto Fava, Isabel Gardenal, Luiz Sugimoto, Manuel Alves Filho, Maria Alice da Cruz, Nadir Peinado, Raquel do Carmo Santos, Roberto Costa e Ronei Thezolin. Fotografia Antoninho Perri, Neldo Cantanti. Edição de Arte Oséas de Magalhães. Diagramação Andre Luis Amarantes Pedro, Luis Paulo Silva. Ilustração Phélix. Arquivo Antonio Scarpineti. Serviços Técnicos Dulcinéia B. de Souza Edison Lara de Almeida e Hélio Costa Júnior. Impressão Prisma Printer Gráfica e Editora Ltda (19) Fone/Fax: 3229-7171. Publicidade JCPR Publicidade e Propaganda: (0xx19) 3295-7569. Assine o jornal on line: [www.unicamp.br/assineju](http://www.unicamp.br/assineju)